

## Contributos para o estudo da potamonímia portuguesa a norte do Mondego

Contributions to the study of the Portuguese potamonymy  
north of river Mondego

DOI: <https://doi.org/10.24206/lh.v6i3.33930>

*Carlos Rocha*

Doutor em Linguística, na especialidade de Linguística Histórica, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Professor do ensino secundário, está destacado como coordenador executivo do Ciberdúvidas da Língua Portuguesa.

E-mail: [carlos.rocha@escacilhastejo.org](mailto:carlos.rocha@escacilhastejo.org)  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5861-6703>

## RESUMO

Apresenta este artigo uma proposta de caracterização etimológica da potamonímia portuguesa situada a norte do rio Mondego, com base na recolha e análise de um subconjunto dos nomes de rios reunidos no *Reportório Toponímico de Portugal (Continente)*, publicado pelo Serviço Cartográfico do Exército em 1967, e na *Carta Militar de Portugal* a 1:25 000. Inscrevendo-se na discussão dos estratos linguísticos a considerar na história linguística do referido território, a exposição salienta, por um lado, o contraste dos potamónimos portugueses setentrionais com os meridionais e, por outro, destaca a afinidade desse reportório com a toponímia de regiões peninsulares limítrofes ou próximas, designadamente, com a Galiza. Os dados reunidos permitem concluir que a potamonímia do terço norte de Portugal tem origem maioritária em itens do léxico comum latino-romance. No entanto, guarda igualmente um importante património pré-latino cuja morfologia tem sido objeto de estudo e debate no contexto da hipótese do europeu antigo.

**Palavras-chave:** Toponímia. Etimologia. Potamónimo. Estrato. História do português.

## ABSTRACT

This paper presents a proposal for the etymological characterization of the Portuguese potamonymy that is located north of the Mondego River, based on the collection and analysis of a subset of the names of rivers gathered in the *Reportório Toponímico de Portugal (Continente)*, published by the Cartographic Service of the Portuguese Army in 1967, and in the *Military Chart of Portugal* at 1:25 000. Addressing the discussion of the strata which may be identified in the linguistic history of that territory, this study highlights, on the one hand, the contrast of the northern Portuguese potamonyms with the southern ones, and, on the other hand, it highlights the affinity of this repertoire with the toponymy of neighbouring peninsular regions, namely, with Galicia. The data gathered allow us to conclude that most of the potamonymy of the northern third of Portugal draws on Latin-Romance lexicon. However, it also shows an important amount of pre-Latin morphological units which have been a topic of research and debate in the context of the ancient European hypothesis.

**Keywords:** Toponymy. Etymology. Potamonymy. Stratum. History of Portuguese.

## Introdução

A população do território peninsular português apresentou durante alguns séculos – pelo menos, desde o século XVI até aos anos 70 do século passado –, um alto grau de homogeneidade linguística. Esta situação é certamente resultado e imagem do processo da consolidação da independência política de Portugal em relação ao resto da Península Ibérica – bem como do seu passado de potência imperial –, malgrado a diversidade da geografia física e a história pré-nacional contrariarem tal impressão de uniformidade. Os estudos de história linguística de Portugal podem, portanto, ressentir-se de certa visão isolacionista, completamente alheia ao contexto peninsular e construída apenas numa perspetiva nacional e até nacionalista da língua.<sup>1</sup> A toponomástica não tem sido exceção, por nem sempre prestar a atenção devida aos espaços que, não integrando os limites políticos do território português continental, lhe estão, no entanto, associados por uma história comum quer quando se consideram as vésperas e os começos do reino de Portugal quer mesmo quando se explora a história mais recente das realidades transfronteiriças. Que esta relação não podia ser descurada era ponto assente para Joseph-Maria Piel, o filólogo e linguista alemão, que, entre as décadas de 30 e 80 do século passado, tantas vezes assinalou tal afinidade, quando defendia a necessidade de ligar a região de Entre Douro e Minho à “região toponímica natural” constituída por todo o noroeste peninsular (PIEL, 1947, p. 156).

O Norte e o Centro-Norte de Portugal ligam-se, assim, à Galiza e às regiões limítrofes asturianas e leonesas<sup>2</sup>, as quais definem um quadro de longa duração em que a latinidade patrimonial tem uma história ininterrupta. Contudo, não é só pela longa duração de implantação e evolução do latim que toda a macrorregião se salienta; na verdade, diferentes sub-regiões linguísticas conservaram arcaísmos anteriores à latinização, como empréstimos de substrato tanto no léxico comum como na toponomástica, exibindo esta última traços não só do passado comum de regiões diferenciadas pela pressão da fronteira política, mas também das consequências da generalização para sul do vocabulário toponímico de origem galega. Neste mesmo âmbito, revela-se frutuoso o estudo dos nomes dos rios (potamónimos) pelos dados que encerra com interesse para a reconstituição da história linguística dos territórios hoje portugueses.

Ao encontro desta temática vai a discussão aqui exposta, com a finalidade de contribuir, por um lado, para a identificação de algumas séries vocabulares e mórficas da potamonímia de Portugal continental. Por outro lado, propõe-se um perfil histórico-linguístico do ângulo noroeste português, ao salientar algumas particularidades da sua potamonímia no conjunto da toponímia nacional e

<sup>1</sup> Sobre esta atitude, ler MONTEAGUDO (2017, p. 24).

<sup>2</sup> A norte do Douro, o extremo oriental do território português inclui a área linguística mirandesa, que se integra no domínio asturo-leonês.

explorando certas afinidades com a toponímia de regiões peninsulares limítrofes ou próximas, designadamente, com a da Galiza. Para tanto, este trabalho apoia-se nos de Piel (1947), Búa (1997, 2009), Guerra (1997), Bascuas (2002, 2006, 2012) e Moralejo (2009); os nomes portugueses analisados provêm de Rocha (2017), onde se comentam 481 potamónimos recolhidos no *Reportório Toponímico de Portugal* (daqui para a frente RTP). A respetiva localização é feita de acordo com a *Carta Militar de Portugal 1:25 000* (daqui para a frente CMP)<sup>3</sup>, consultável a par do RTP através do visualizador do Centro de Informação Geospacial do Exército (daqui para a frente CIGeoE-SIG). Esta ferramenta permite a pesquisa de topónimos cuja configuração é geralmente a da atual língua administrativa.<sup>4</sup>

O artigo compreende cinco secções: na primeira, discute-se a visão dos territórios da antiga Gallaecia como “região toponímica natural”; na segunda enumeram-se critérios para uma estratigrafia dos potamónimos de Portugal; na terceira, comenta-se a etimologia de vários potamónimos de acordo com a identificação de elementos pré-latinos; na quarta, aborda-se o contributo latino-romance para a toponímia de índole galaica; na quinta secção, define-se um perfil estratigráfico da potamonímia portuguesa a norte do vale do Mondego.

## 1. A Galécia, uma “região toponímica natural”?

Como foi dito, as afinidades ou mesmo a identificação onomástica do norte de Portugal com a Galiza são profundas, como os próprios antropónimos muitas vezes sugerem. A partilha de certos apelidos de origem toponímica – por exemplo, *Andrade* e *Lemos*<sup>5</sup> – refletem a maneira como as áreas repovoadas pela génese e expansão territorial do Condado Portucalense também foram abrangidas pela ampla migração de população da atual Galiza para diferentes regiões da península (cf. MARTÍNEZ LEMA, 2018). No caso português, o próprio vocabulário apelativo entronca na tradição latino-galaica, talvez também reforçado por novo influxo linguístico proveniente dos territórios mais setentrionais da Galiza – *grosso modo*, a Galécia lucense – e alargado às regiões bracarenses, num processo que Maria Ângela Beirante (1991, p. 105) apelidou de “caldeamento de uma individualidade lexical comum”.<sup>6</sup>

---

<sup>3</sup> INSTITUTO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO. *Carta Militar de Portugal 1:25 000*, Lisboa.

<sup>4</sup> O RTP, publicado em 1967, deveria ser revisto e atualizado para satisfazer os critérios filológicos e dialetológicos de uma recolha toponímica (cf. ROCHA, 2017, p. 159), mas, para o presente trabalho, ainda não foi possível empreender ou completar tal tarefa: Sublinhe-se, mesmo assim, a vantagem de esta fonte abranger todo o território continental português e estar acessível pelo CIGeoE-SIG.

<sup>5</sup> Ver VASCONCELOS (1928, p. 166, 168, 301), MACHADO (2003) e BOULLÓN AGRELO; SOUSA FERNÁNDEZ (acesso em 1 maio 2020).

<sup>6</sup> A expressão sugestiva ocorre em BEIRANTE, 1991, p. 105.

Esta dinâmica populacional e militar excede a Gallaecia histórica para alcançar terras mais a sul, já na antiga Lusitânia, ou seja, abrangendo grande parte da região hoje conhecida como as Beiras. Entre os séculos IX e XI, a fronteira conheceu avanços e recuos nos territórios de entre Douro e Mondego, embora o ângulo norte do atual distrito de Aveiro se tenha mantido na órbita cristã, mesmo depois da reconquista de Almançor.<sup>7</sup> À medida que o poder cristão recuperou ímpeto, foi retomado o movimento populacional de norte para sul e, com ele, o de um processo de assimilação cultural e linguística em terras ainda mais meridionais, mesmo depois da criação da coroa portuguesa. O impacto da presença galaica em regiões portuguesas do Sul ocorrerá já como colonização de territórios profundamente arabizados.

Há, portanto, critérios que permitem individualizar uma macrorregião galaico-beirã – do Minho ao Mondego. São eles de natureza histórico-política, sobretudo marcados, na Idade Média, pela expansão dos reinos cristãos peninsulares, mas dando continuidade a uma tendência do período do reino suevo, que abrangeu as terras de entre Douro e Mondego.<sup>8</sup> Além disso, a estreita relação entre as duas margens do Douro fica patente, culturalmente, pela afinidade linguística pré-latina, inferida epigraficamente, entre o convento bracarense e o norte do convento escalabitano e pelo menor envolvimento (com consequências na toponímia) das terras norte-lusitanas no complexo civilizacional de al-Andalus.<sup>9</sup>

Numa perspetiva de conjunto estritamente portuguesa, é sempre de considerar a dualidade que caracteriza o país em diferentes planos, pelo contraste existente entre uma região que ocupará, a norte, de um terço a metade do território e outra área que se estende até à costa sul, em estreita ligação com o Mediterrâneo e o Magrebe. Importa assinalar ainda o contraste que se impõe à descrição geográfica de Portugal continental: o existente entre a densidade da rede fluvial do território a norte do Tejo e a do território a sul deste rio – ou, se se preferir, logo a sul do sistema Montejunto-Estrela.<sup>10</sup> Nestas paragens do meio-dia, o clima seco e o solo contrastam claramente com as condições a norte desse(s) limite(s) geográfico(s), onde o repertório potamonímico se revela mais extenso.

---

<sup>7</sup> Cf. BARROCA, 2004, p. 187, 192.

<sup>8</sup> Cf. BOISELLIER, 2009, p. 56/57, 63.

<sup>9</sup> Cf. *ibid.*, p. 61.

<sup>10</sup> Também se poderá identificar o limite geomorfológico entre o Norte e o Sul com o chamado sistema Montejunto-Estrela, que margina a norte o vale do Tejo mas que pode chegar a incluir a serra da Arrábida, mais a sul. Cf. RIBEIRO; LAUTENSACH; DAVEAU, 1987, p. 135.

## 2. Algumas questões à volta de estratigrafia linguística

Nos estudos de história da língua e de toponímia, o conceito de estrato linguístico decorre de uma projecção metafórica dos cortes de terreno e dos seus níveis geológicos sobre a diacronia de uma língua, de modo a definir uma cronologia de formas linguísticas (cf. AEBISCHER 1978; ANDERSEN 2003). A estratigrafia ordena, assim, o contributo que línguas sucessivas ou coexistentes deixaram nas sincronias de uma língua predominante ou extensivamente falada num território; e torna-se operatória nos estudos lexicais e onomásticos, porque o léxico constitui genericamente um nível de funcionamento especialmente exposto às condições sócio-históricas que modulam a diacronia de uma língua.<sup>11</sup> Esta abordagem interseta-se e confunde-se com a história dos empréstimos de uma língua, estudo que igualmente assinala fases históricas no trânsito de unidades que condicionam a nativização de uma língua, como ocorre com os substratos, ou a sua ulterior elaboração, como acontece com os superstratos.<sup>12</sup>

A respeito da língua portuguesa, a literatura destaca o seu ‘fundo latino’ como estrato que a configura e a relaciona com a família linguística indo-europeia e a subfamília românica.<sup>13</sup> Mas sob e sobre esta camada acumulam-se vestígios dos sistemas linguísticos não latinos com que o português, desde as origens, foi interagindo mais diretamente, como sejam os substratos pré-latinos de línguas pré-indo-europeias e indo-europeias (de carácter céltico e lusitano) e os superstratos germânico (significativo na antroponímia e na toponímia) e árabe na sua diversidade (com forte impacto também no léxico comum).

No âmbito da relação da toponomástica<sup>14</sup> com a estratigrafia, avulta a questão da temporalidade e cronologia dos estratos linguísticos, ou seja, da sua diferenciação em períodos e fases históricas. Esta dimensão tem especial pertinência nos estudos toponomásticos e, mais particularmente, no da toponímia atribuível ao estrato latino-romance, caracterizado pela sua longa duração relativa: com efeito, observa-se que no português contemporâneo perduram topónimos ainda transparentes que correspondem, não obstante, a formas linguísticas de longa duração, já atestadas na Alta Idade Média.

---

<sup>11</sup> Cf. DWORKIN, 2012, p. 5 e VIARO, 2011, p. 267.

<sup>12</sup> É na perspetiva da língua ou do sistema linguístico focados pela descrição como realidade histórico-linguística – o *estrato*, por excelência – que são classificados os outros estratos – *substratos*, *superstratos* e *adstratos* –, como marcas deixadas por situações de contacto mais ou menos prolongado (ver CAMPBELL; MIXCO, 2007). A questão dos empréstimos pode, no entanto, introduzir uma distinção adicional ao contraste entre substratos e superstratos. Sobre a distinção entre empréstimos e influências de substrato, ver NOONAN, 2010, p. 57.

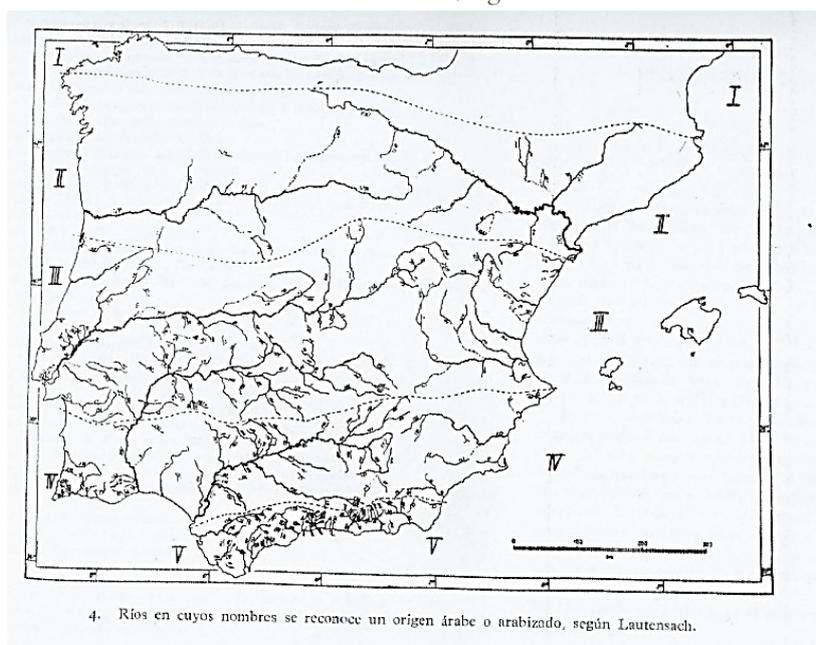
<sup>13</sup> SILVA, 2008, p. 83, retomando PIEL, 1989, p. 11, salientou “o ‘fundo latino’ [...] que dará a forma ao léxico da língua portuguesa, reformatando, ou seja, dando a sua morfologia, aos empréstimos pré-latinos e aqueles posteriores à ‘queda’ do domínio de Roma, no século V d. C., pelo menos na chamada România Ocidental”. Ver também BROCARD, 2014, p. 83-89.

<sup>14</sup> Por *toponomástica*, entende-se o estudo dos topónimos, reservando-se *toponímia* para denotar o conjunto dos topónimos.

Sublinhe-se, entretanto, que os estratos históricos da toponímia de Portugal continental não se distribuem uniformemente no território. Enquanto a norte existe uma continuidade histórico-linguística sem ruturas desde a romanização, nas regiões a sul os dialetos galego-portugueses sobrepuseram-se ou a dialetos românicos ou a dialetos árabes, eventualmente em situação de bilinguismo árabo-romance.

Sobre a toponímia árabe e arabizada em Portugal, refira-se que Leite de Vasconcelos definia três zonas em função do grau de arabização (cf. VASCONCELOS, 1918, p. 60/61, 1931, p. 143-147): a norte do Douro, com pouca influência árabe; entre Douro e Tejo, incluindo a “comarca da Beira”; e a sul do Tejo, claramente arabizada. Convergindo com Vasconcelos, Hermann Lautensach (1954, p. 239) considerou a distribuição geográfica da atual potamonímia peninsular indicativa da história da implantação do árabe, gradualmente mais densa na direção sul, conforme ilustra o mapa 1.

Mapa 1 – Distribuição dos hidrotopónimos árabes e arabizados na Península Ibérica, segundo H. Lautensach.



Fonte: Lautensach (1954, p. 239-240).

Com o mapa 1, Lautensach propunha cinco zonas quanto ao impacto do árabe: zona I (extremo norte, até 43°-42° 30' de latitude norte), sem interferência árabe; zona II (metade norte, até 41°), onde a maioria dos grandes rios e dos seus grandes afluentes têm nomes arabizados, havendo casos já puramente árabes em Aragão (afirmação discutível; pois os rios do NW português são exceção, como esclarecia Lautensach); na zona III (metade sul até 38° 30') os cursos de água também possuem nomes arabizados, e um número importante de afluentes e ribeiros é puramente árabe; zona IV (grande parte do Sul até 37° 10'), onde já existem nomes arabizados mesmo para grandes rios (*Guadalquivir*); zona V (extremo sul, a partir de 37° 10'), cujos cursos de água têm maioritariamente nomes árabes. O mapa 1

permite, portanto, observar que a faixa ocidental ocupada pelo atual território português é abrangida pelas zonas II, III, IV, donde se infere que a hidrotponímia do território português pouco se furtou à influência árabe.

Pode supor-se, portanto, que a hidrotponímia de Portugal continental nunca conhece no seu conjunto nem a ausência nem a prevalência de material lexical árabe, com eventuais elementos pré-árabes alterados pela arabização. Contudo, divergindo um pouco de Lautensach, a visão aqui defendida (cf. secção 5) é a de ser escassa a arabização da potamonímia a norte do Mondego, chegando a ser nula a norte do vale do Douro.

### 3. Formantes pré-latinos recorrentes no noroeste peninsular

A segmentação dos potamónimos da região do Minho ao Mondego revela formantes datáveis de períodos anteriores à latinização deste território, que encontram paralelo na Galiza, nas Astúrias, nas regiões historicamente leonesas e até noutras mais afastadas do território hoje português. Encerrando raízes e vários afixos suscetíveis de definir séries toponímicas,<sup>15</sup> trata-se geralmente de nomes próprios opacos, isto é, de nomes não interpretáveis por itens do léxico comum de origem latino-romance. A análise destes elementos de substrato decorre de diversas propostas de reconstituição do mosaico linguístico que precedeu ou foi coevo da implantação do latim na faixa ocidental da Península Ibérica.

Para o território em referência, salienta-se a questão da hidronímia paleoeuropeia ou do antigo europeu, conforme a formulou Hans Krahe (1962, 1964) numa proposta com assinalável impacto nos estudos diacrónicos da linguística paleo-hispânica. Aplicando esta hipótese à hidrotponímia da Galiza, destacam-se os trabalhos de Edelmiro Bascuas (2002, 2006, 2014), mas, no contexto da topomástica da faixa ocidental peninsular, cabe também mencionar Carlos Búa (1997, 2009), Amílcar Guerra (1997) e Juan José Moralejo (2009) como autores que manifestam distanciamento crítico em relação à visão de Krahe.

As subsecções que se seguem salientam três aspetos relacionáveis com os substratos pré-latinos: as raízes e os radicais potamonímicos, os nomes com índice temático *-a* e os prováveis derivados em *-ón* ou *-ão* constitutivos de pares como *Avial/Avión*.

---

<sup>15</sup> Para a definição do termo *série* adota-se o uso de BÚA, 2009, p. 406, n. 3: “Utilizo aqui o termo *serie* co sentido restrinxido de conxunto de topónimos que compartem un mesmo morfema (ou secuencia de morfemas) frente a grupo que me serve como designación máis xeral de todo conxunto de topónimos que compartan nun mesmo segmento formal, sexa ese segmento un único e mesmo morfema ou non.”

### 3.1 Raízes e radicais de (provável) origem indo-europeia não latina

Os potamónimos dos rios internacionais são em geral praticamente os mesmos de um lado e do outro da fronteira com ajustamentos fonéticos e gráficis – *Minho/Miño*, *Lima/Limia*, *Tâmega/Támega* ou *Tuela* –,<sup>16</sup> definindo, portanto, um património onomástico não exclusivamente português. Mas encontram-se exemplos da partilha de raízes dos potamónimos portugueses com os de outras regiões do oeste peninsular, em especial na Galiza. Conjugando o reportório de Rocha (2017, p. 185-604) com uma parte dos nomes listados por Moralejo (2009) – os que este autor considera de indo-europeia (mais concretamente, paleoeuropeia) –,<sup>17</sup> apresenta-se uma lista de potamónimos portugueses relativos a rios maioritariamente situados a norte do Douro e que compartilham raízes e radicais pré-latinos com a toponímia da Galiza e de outras regiões peninsulares.

- *Ave*<sup>18</sup> (Braga), que, com os potamónimos galegos *Avia* e *Avión* (Ourense), se relacionam com a raiz indo-europeia “[...] \**au*-... o \**Hzeu*-...“agua, fuente, río”: paleoeuropeo o céltico indistintamente” (MORALEJO, 2009, p. 52).<sup>19</sup>
- *Ceira*, ou melhor, *Seira*<sup>20</sup> (Vila Real), potamónimo também associado a outro rio que corre mais a sul nos distritos da Guarda e de Coimbra, coincidente com *Seira*, nome de um afluente do rio Sar (Galiza). Tanto em Portugal como na Galiza, *Seira* procederá de \**sar-ia*, cuja raiz \**ser-* ‘fluir, correr’ é exibida igualmente por *Sar* (ibid., p. 56). Com a mesma raiz também se relaciona *Seromenha* (Vila Real), pelo radical \**ser-m-* (idem, p. 56, remetendo para KRAHE, 1962, p. 336).
- *Este* (Braga), na Idade Média, *Aliste* (e *Alister*), forma homónima de *Aliste*, na província de Zamora (MORALEJO, 2009, p. 51). Moralejo (idem, p. 50) sugere ligar estes potamónimos a uma série definida pelo morfema \**alis-* ‘amieiro’: *As Anzas* (*Asanza*<*Alesancia*, *Alesantia*<\**alis-η-t-ia*), *Esgos* (<*Alesgos*, *Aesgos*, *Eysgos* < “de \**alis-*‘aliso’ (‘*Alnus glutinosa*’) + suf. *-iko-*“ (ibid., p. 51).<sup>21</sup>

<sup>16</sup> Há, no entanto, exceções. Leia-se o que se diz sobre polionomia na secção 5.

<sup>17</sup> MORALEJO (2009) apresenta quatro listas de hidrónimos pré-latinos: paleoeuropeus (de acordo com as raízes identificadas por KRAHE, 1962); os pré-romanos, de duvidosa filiação indo-europeia; e os originários de topónimos e de antropónimos. Na presente subsecção, apenas se selecionam os nomes portugueses da primeira categoria para não alongar esta exposição, com exceção da entrada *Uti*, eventualmente associável ao potamónimo *Odres* (no distrito do Porto, afluente do Tâmega), mas não claramente confirmada pelo próprio Moralejo.

<sup>18</sup> Ver o que se diz sobre *Vizela* na subsecção 3.2.

<sup>19</sup> Ver também \**av-/au-* (KRAHE, 1964, p. 43 e BASCUAS, 2014, p. 112 e 127- 128). Nesta série, incluir-se-ia *Avanca* (Estarreja, Aveiro), que é hoje topónimo, mas já foi potamónimo (cf. MACHADO, 2003 s. v. e MORALEJO, 2009, p. 53).

<sup>20</sup> Cf. ROCHA, 2017, p. 318.

<sup>21</sup> MORALEJO (2009, p. 51) regista *Alistelio*, nome de um afluente do Este com nome derivado do nome: “*Alistelio*, *Alistolio* med. (hoy r. da Morreira), afl. del *Aliste* > *Este* (afl. *Ave*), pero no sé a qué apunta la derivación:

- *Minho* (Viana do Castelo, Pontevedra), um potamónimo seguramente pré-latino, atestado como *Minius* em fontes latinas antigas e medievais, mas de filiação linguística muito incerta. Tem-se sugerido isolar uma raiz *\*mini-*, de sentido obscuro, mas identificável em topónimos galegos como *Miñán*, *Miñao*, *Miñide*, *Miño*, *Miñon*, *Miñote*, *Miñoteira* ou no português *Minhãos* (Arouca; cf. MACHADO, 2003), este talvez um gentílico derivado (MORALEJO LASSO, 1977). Esta série é ainda relacionável com o vocábulo latino *minium* (CABEZA QUILES, 1992, p. 448), – donde o português *mínio* ‘óxido vermelho de chumbo’ (DHLP) –, em alusão à cor vermelha das águas do rio, em resultado das técnicas da exploração aurífera romana. Moralejo (2009, p. 54), observando que é nome que abunda em propostas, deixa interrogada a sugestão de se relacionar com a raiz indoeuropeia *\*mei-* “marchar, caminhar” (cf. KRAHE, 1964, p. 98). De acordo com esta possibilidade, Guerra (1998: 535) regista a análise de *Minho* como um derivado, sendo *-n-* um alargamento e *io* (na forma latina nominativa *-ius*) um sufixo.
  
- *Neiva* (Braga), atestado na Antiguidade como *Nebis* e na Idade Média como *Nevia*. Segundo Moralejo (2009, p. 55), talvez de *\*H<sub>1</sub>n-ebh-* ‘húmido, água’, que teria dado origem a duas variantes: *\*nebh-i-s>Nebis* y *\*nebh-ia>Neiva*. Pode relacionar-se com *Navia* e *Navea*, embora, a segmentação destes, também se tenha querido reconhecer a raiz *\*nāu-* ‘nave, vale, rio...’, que ocorre no item do léxico comum *nava* (ibid., p. 68).
  
- *Ouro* é o nome de um afluente do Tâmega (Braga) e de outro do Coura (Viana do Castelo). Homónimo é também um rio da vertente cantábrica da Galiza, o rio Ouro, em Lugo (cf. MORALEJO, 2009, p. 56 e SIGNA)<sup>22</sup>. Sobre os potamónimos bracarense e luguês, Moralejo (ibid.) deixa interrogada a hipótese de se relacionarem com a raiz paleoeuropeia ou céltica *\*aur-*, por sua vez da raiz indoeuropeia *\*H<sub>2</sub>eu-r-* ‘água, fonte, rio’, embora não exclua o latim *aurum*. O mesmo autor inclui nesta série *Ouria*, nome de um afluente do Eo (Lugo), com homónimos nas Astúrias, e o nome da cidade de Ourense (ver também BASCUAS, 2002, p. 124).<sup>23</sup> Assinale-se, porém, que as formas medievais do potamónimo bracarense – *Hurie* de 1131 e *Urio*, de 1220– podem reforçar a hipótese indoeuropeia não latina (cf. ROCHA, 2017, p. 282).

¿latinización *\*Alistar-ium?*” Note-se que Bascuas (2002, p. 267) propõe outra raiz para *Este* e o *Aliste* zamorano: de *\*el* ‘fluir’ + sufixo *-st*, que ocorre também na formação de superlativos gregos e germânicos.

<sup>22</sup> INSTITUTO GEOGRÁFICO NACIONAL. Sistema de Información Geográfica Nacional de España (SIGNA).

<sup>23</sup> Noutra perspetiva, CABEZA QUILES, 1992, p. 322, propõe que *Ouro* provenha de uma base pré-latina *\*or* ou *\*oro*, ‘monte, vale, encosta, montanha, altura’, relacionada com um elemento talvez pré-indoeuropeu *\*or-r* (presente em Valdeorras, Ourense). Trata-se de uma hipótese sem eco na literatura consultada.

- *Sabor* (Bragança), atestado na Idade Média como *Salauor* e *Saauor* e que Moralejo (2009: 56) propõe relacionar com a raiz \*sal- ‘torrente, rio’, conforme o inventário de Krahe (1964, p. 49), o que permite associá-lo *Salas* (atestado como *Sallarem*, *Psallare* e *Salar*), referente a um afluente do Lima que corre em território galego (sul de Ourense) e português (extremo norte de Vila Real).<sup>24</sup>
- *Tanha* (Vila Real), nome de um afluente da margem direita do rio Corgo (subsidiário do Douro). Moralejo (2009, p. 57) refere sem assumir a possibilidade de analisar o nome como \*ta-n-ia e encerrar a raiz \*tā- (ou \*teH<sub>2</sub>k-), \*tai-, ti-, tau-, tu- ‘correr, deslizar (lama)”, podendo relacionar-se quer com o radical ta-m- de *Tâmega* e uma série toponímica galega (cf. *Tâmega*, infra), quer com ta-n-, (talvez) presente nos topónimos galegos *Te*, *Teáns*, *Teaño*, *Tieira*, *Tiobre*, *Tioira* e no *Tinhela* (cf. infra). Fernandes (1999, s.v. *Tanhel*) menciona de passagem *Tanha*, que liga a \*tan, radical pré-romano cujo significado não esclarece. Há ainda quem prefira, como Machado (2003), inscrevê-lo no léxico comum português, identificando-o com o nome comum *tanha*, ‘talha ou vasilha de barro, para azeite’ (um transmontanismo registado por FIGUEIREDO, 1913). Mesmo assim, a falta de atestações medievais nas fontes consultadas reforça a impressão de a origem de *Tanha* continuar obscura (cf. ROCHA, 2017, p. 559).
- *Tâmega*, nome do afluente duriense que nasce na Galiza e passa por Chaves. Tem sido relacionado com a raiz indo-europeia \*tem(ə)- ‘escuro’, mas Moralejo (2009, p. 57) adverte da igual possibilidade de \*tā- (ou \*teH<sub>2</sub>k-), \*tai-, ti-, tau-, tu- “correr, deslizar (lama)’, pelo radical \*tā-m-, ou de \*tem- ‘cortar’ (cf. também GUERRA, 1998, p. 622/623, que assinala as mesmas opções).<sup>25</sup> Na discussão do contributo destas raízes, *Tâmega* aparece estreitamente afim a *Támoga* (afluente do rio Minho, em Lugo), mas é suscetível de emparceirar com outros muitos casos galegos – *Tambre*, *Tamuxe*, *Tea*, *Tella* – e portugueses – *Tanha* (ver supra) e *Tinhela* (ver infra).

<sup>24</sup> Acrescenta MORALEJO, 2009, p. 58: “Debe suponerse \*sal-na o similar para un \*sala con que explicar el mantenimiento de -l-; de la documentación medieval se deduce un \*sallar que ha sido influido por germ. sala >gall sáa. Nótese la grafía Psallare (¡también hay psalmones por salmones!), de psallere, psalmus...”

<sup>25</sup> Refira-se que Vasconcelos (1926, p. 325 e 1905, p. 40 e 320) propõe que este nome tenha evoluído de \*Tamaga, deduzido do etnónimo *Tamaganos*, documentado na época romana. Mas, não sendo a filologia portuguesa alheia à discussão à volta da etimologia de *Tâmega* no quadro da indo-europeística e dos estudos do céltico, deve também mencionar-se Adolfo Coelho (COELHO, 1888-1989, p. 375), que relacionava o elemento tam- com o céltico, atribuindo-lhe o sentido genérico de “escuro” ou ‘tranquilo, largo’ (neste caso, alinhado com a etimologia do potamónimo britânico *Tamisa*).

- *Terva* (Vila Real), atestado *Tervya* na Idade Média (1258, PMH Inq., p. 1525)<sup>26</sup> e relacionado com interrogações por Moralejo (2009, p. 58) com *Tebra* (Tomiño PO) e com a raiz *\*ter-u-a*, de *\*ter-tur-* ‘atravessar’ (cf. ROCHA, 2017, pp. 560-561).
- *Tinhela* (Vila Real), nome de um afluente do Tua, atestado por *tiela*, *tiniela*, *tinela*, em documentos medievais e que pode talvez partilhar com o hidrotopónimo *Tanha* (ver supra) e o topónimo *Tingas*, no concelho asturiano de Taramundi a mesma raiz: “¿de *\*tā-* (*\*teH<sub>2</sub>k*), *\*tai-*, *ti-*, *tau-*, *tu-* “fluir, fundir-se (fango)”, *\*ñ-ni-ella* de *\*ñ-n-ia* “lodo, lama”, diminutivo latino que puede continuar lo prelatino?” (MORALEJO, 2009, p. 58).
- *Tua*, nome de um afluente da margem direita do Douro. Vasconcelos (1926, p. 328-329) atribuía-lhe laconicamente origem antiga, remetendo-o para a discussão de *Tui* (*Tyde* nas fontes da Antiguidade). Bascuas (2006, p. 140) analisa-o no quadro da hipótese do paleoeuropeu, para identificar um radical *\*tūd* seguido da desinência *-a*. Adotando o mesmo enquadramento, Moralejo (2009, p. 58) relaciona *Tua* com a raiz indo-europeia *\*teu-*, *\*tu-*, ou *\*teuH<sub>1</sub>*, *\*tuH<sub>1</sub>*-‘inchar’. Trata-se, portanto, de um potamónimo pré-latino, de provável de raiz indo-europeia, mas não céltica. Sobre *Tuela*, seu derivado, leia-se a subsecção 3.3.

### 3.2 Potamónimos com índice temático *-a* ou terminação *-ia*

Complementando o exposto em 3.1, importa realçar a recorrência do índice temático *-a* nos nomes aí listados. Para Bascuas (2002, p. 343), *-a* é a terminação mais comum da hidronímia europeia mais arcaica, alternando com *-ia*. Embora estas formas, a que se junta *-io*, sejam eventualmente irrelevantes para definir séries toponímicas de etimologia pré-latina segura, Guerra (1998, p. 715) aceita terem justificação quando se consideram hidrotopónimos pré-latinos como *\*Letia*, *Minius*, *Nabia* (o atual *Navia*, que desagua na costa hoje asturiana), *Nebia* (o atual *Neiva*) ou *Salia* (forma a que remontarão os atuais hidrotopónimos *Sella* e *Saja*, este na extrema asturiana com a Cantábria e aquele nas Astúrias; cf. GARCÍA ARIAS, 2005 *s. v. Ribeseya*). Trata-se de um conjunto hidrotopónimo opaco, isto é, não coincidente com itens do léxico comum nem interpretável pela semântica destes.

Em Rocha (2017, p. 185-604), incluem-se vários exemplos com este índice temático: de 481 registos, 157 (33%) exibem-no, e destes constam 61(39%), que apresentam radicais total ou

<sup>26</sup> A sigla PMH Inq. é referente a ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA. *Portugaliae Monumenta Histórica a saeculo VIII post Christum usque ad quintum decimum – Inquisitiones* (PMH Inq.). Lisboa, 1888 e ss.

parcialmente filiáveis em estratos pré-latinos (cf. GUERRA, 1998, BASCUAS, 2002, 2006, 2014, MORALEJO, 2009; BÚA, 2009). Deste conjunto, a maioria – 45 hidrotopónimos (73%) – concentra-se nos distritos a norte do vale do Mondego e da serra da Estrela. Destes, 20 (44%) situam-se a norte do Douro. São eles, a saber (o ? indica casos de atribuição indoeuropeia ou pré-latina discutível):

*Âncora, Beça, Ceira (ou Seira), Coura, Gadanha, Gingiela, Labriosca, Labruja, Leça, Lima, Neiva, Onda (?), Seromenha, Sousa (?), Tâmega, Tanha, Terva, Tua, Tuela, Vizela*

Mas é curioso observar que, no referido *corpus*, os nomes terminados em *-a* chegam a ser mais abundantes – 25 (56%) – no Entre Douro e Mondego do que a norte do Douro

*Águeda, Alva, Arda, Ardena (?), Arunca, Caima, Ceira (ou Seira), Cértima (ou Cértoma), Coa, Delobra, Dinha, Dueça (?), Ega, Gaia, Inha, Levira, Paiva, Pavia, Sardoura, Seia, Távora, Teja, Uíma, Varosa, Vouga<sup>27</sup>*

A hidrotoponímia relacionável com o chamado europeu antigo ultrapassa, portanto, os limites meridionais da antiga Gallaecia, inclusivamente alcançando territórios que já se encontram a sul do baixo Mondego, onde se acham os nomes de *Arunca*, *Dueça* ou *Ega* sugerem. Mas, ainda mais a sul, *Guadiana*, integrando o antigo *Ana* ou *Anas*, e *Mira* enquadram-se igualmente nesta série, o que aponta para a possibilidade de este tipo de potamónimos, sejam eles resultado de um único estrato linguístico ou o produto final do contacto entre estratos diferentes, ocorrer na metade sul da faixa ocidental peninsular.

### 3.3 Pares Tua/Tuela, Águeda/Agadão, Paiva/Paivó e Neiva/Nevoinho

Quanto à derivação depotamonímica, registam-se vários casos no território português, geralmente classificados como hipocorísticos denominadores dos cursos altos fluviais (cf. BASCUAS, 2014, p. 390) ou dos seus tributários. Exemplos típicos são o par constituído por *Tua* e *Tuela*, ou, só em território português, as duplas formadas por *Ave* e *Vizela* (de *Avicela*),<sup>28</sup> ou por *Vouga* e *Vouzela*

<sup>27</sup>A sul do Douro, acrescenta-se *Uma*, que subsiste como *Tresuma*, no concelho da Feira.

<sup>28</sup>Na verdade, *Vizela* testemunhará o resultado da adunção de *-CELLA*, forma sufixal que ocorre com nomes de tema em consoante, *e*, *i* e *u* (cf. GILDERSLEEVE; LODGE, 1992, p. 133 e BÚA, 2009, p. 143).

(donde se terá deduzido *Zela*, nome de um afluente do Vouga). Este tipo de relação derivacional, que talvez já existisse de algum modo em época pré-latina (BASCUAS, 2009, p. 144) e achou transposição romance por meio do sufixo *-ela*, está bem representada na Galiza por casos como os de *Sar/Sarella* (BÚA 2009, p. 143), *Tea/Tiela* (BASCUAS, 2006, p. 26, 104) e *Tambre/Tamarela* (Ibid., p. 26).<sup>29</sup>

Para os derivados com o sufixo *-ón/-ão*, localizáveis tanto na Galiza (*Avia/Avión*) como fora dela, o único caso típico português será o constituído pelo par *Águeda/Agadão*, que se encontra numa região historicamente não galaica, mas, sim, lusitana. Talvez *Nabão* possa configurar a modificação da forma hipotética *\*Naba*, supondo que a forma radical se relaciona com as de *Neiva*, *Navia* e *Navea* (afluente do rio Sil). Contudo, as fontes consultadas não facultam atestações de tal forma de base.

Permanecem também nomes com o sufixo latino-romance *-OLA*: é o caso de *Paiva* e *Paivó*, este de *Paviola* (cf. MACHADO, 2003); e o de *Navió*, topónimo atestado como *Neviola* e *Nevioo* na Idade Média, e que constituirá hipocorístico de *Nevia*, o atual *Neiva* (cf. MORALEJO, 2009, p. 55); e, ainda, refira-se *Nevoinho* (nome de um afluente do Neiva), que Moralejo (ibid., p. 55) propõe derivar de *\*nebi-ol-ino*, com dupla sufixação diminutiva. Na Galiza, mencione-se *Ulla* e *Ulloa*, atestado como *Ulliola* na Idade Média (BÚA, 2009, p. 143 e BASCUAS, 2002, p. 21); e o caso de *Tixoa* (Refoxos, Silleda), topónimo que Bascuas (2006, p. 122) analisa como *\*Togiola*, ou seja, como diminutivo de *Togia*, hoje *Toxa*, nome de um afluente do rio Deza.<sup>30</sup>

É ainda frequente na região portuguesa em estudo a ocorrência de *inho*, um dos sufixos diminutivos mais correntes contemporaneamente (cf. RIO-TORTO *et al.*, 2016, p. 317-376): o conhecidíssimo par *Mondego/Mondeguinho* e *Tedo* (Viseu)/ *Tedinho* (não registado pelo RTP; cf. BÚA, 2009, p. 143). Na Galiza, conta-se *Búbal/Bubaiño* (BÚA, 2009, p. 143).

Mencione-se, finalmente, *-oco*, sufixo menos habitual, que sobrevive ainda no léxico comum (p. ex. *bicharoco*, *passaroco*)<sup>31</sup>: está representado por *Alvoco*, nome de um afluente do Alva (cf. BÚA 2009, p. 144 e FERNANDES, 1999, p. 43).<sup>32</sup>

<sup>29</sup> *Tamarela*, que é hoje nome de um lugar em Carelle (Sobrado, Corunha), terá sido o nome do curso alto do atual *Tambre*, que a documentação medieval atesta como *Tamare* (BASCUAS, 2006, p. 26).

<sup>30</sup> Os resultados em *-OLA* em nomes comuns e topónimos acabados é geralmente *-ó* em Portugal (*mó*, *Paivó*) e *-oa* na Galiza (*moa*, *Ulloa*). Note-se, contudo, que a solução *-ó* não é desconhecida na dialetologia galega, a par de outras soluções documentadas pela toponímia (cf. PÉREZ CAPELO, 2015).

<sup>31</sup> Cf. HOUAISS, A; VILLAR, M. S.; FRANCO, F. M. M. (Ed.). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.

<sup>32</sup> Note-se que as fontes consultadas não facultam exemplos de sufixação com *-oco* na Galiza. Justifica-se também mencionar *Arda* (Aveiro) e *Ardena* (Viseu), que poderão constituir um par, à semelhança de casos como o do par *Nora/Noreña*, na província espanhola de Leão (BÚA, 2009).

#### 4. A potamonímia galaico-romance: nomes apelativos e alguns modificadores

Voltando à potamonímia recolhida em Rocha (2017, p. 185-604), é esta maioritariamente enquadrável no estrato latino-romance, mais especificamente galaico-romance, mesmo a sul do Douro (cf. secção 5). Trata-se, portanto, de um conjunto de itens transparentes, ou seja, interpretáveis por itens do léxico comum homónimos fixados como signos toponímicos regionalmente e depois na própria língua administrativa. Vários exemplos, portanto, dão testemunho de práticas de denominação constitutivas do campo lexical de extensões de água no terreno. Um número significativo de nomes apelativos potamonímicos relaciona-se, portanto, com o património lexical galaico-romance que estava ou tem estado ativo nos usos geral ou regional, quer em Portugal quer na Galiza, do período medieval até hoje. Tomando por referência Rocha (2017, p. 185-604) e os inventários de Piel (1947) e Búa (2009, p. 141-149), comenta-se a seguir uma seleção de potamónimos, direta ou indiretamente delexicais.

- *Burga* (ribeira de), Bragança – *burga* é vocábulo registado em fontes dicionarísticas galegas (ver ESTRAVIZ, 2019; SANTAMARINA, 2003) ‘fonte de água quente’, mas ausente dos dicionários portugueses consultados. Coromines e Pascual (2012) consideram-no de origem desconhecido, descartando a relação com *burgo*, do germânico, por via baixo-latina<sup>33</sup> Cf. *Burgas* (Ourense), *Fonte da Burga* (Caldas de Reis, Pontevedra; cf. BÚA, 2009, p. 140).
- *Corgo* (rio), Vila Real – de *corgo* ou *córrego* ‘regueiro, sulco aberto pelas águas correntes; caminho; atalho’, do latim hispânico CORRŪGU- ‘canal por onde se escoa a água de lavar metais’ (Cf. FIGUEIREDO, 1913; SECO, 2003; COROMINES; PASCUAL, 2012; PIEL, 1947, p. 342).
- *Fervença* (rio ou rio da), Bragança e Viana do Castelo – com a mesma forma, contam-se os topónimos coincide com o item comum *fervença*, que se regista como sinónimo de *fervura* ‘ebulição’ (cf. FIGUEIREDO, 1913), mas também com a aceção de ‘grande agitação’ (cf. HOUAISS; VILLAR; FRANCO, 2001). Contudo, *fervença* já foi sinónimo de *cachão* e *cachoeira* ‘borbulhão, borbotão, fervura’, em referência a uma queda de água (PIEL, 1947, p. 333; MACHADO, 2003), tal como sucede com o galego *fervenza* (cf. REAL ACADEMIA GALEGA), cuja

<sup>33</sup> Mencionem-se, no entanto, os registos portugueses de *burgalhão* ‘monte de cascalho, conchas e areia, debaixo de água’ (FIGUEIREDO, 1913 e HOUAISS; VILLAR; FRANCO, 2001), *burgar* ‘escavar a terra’ (ibid.) e *burgau/burgo/burgo*, ‘cascalho’ (ibid.). Coromines e Pascual (2012) referem *burgar*, forma homónima galega, que, no entanto, significa ‘brilhar, queimar’.

toponimização está bem representada na Galiza.<sup>34</sup> Trata-se de um derivado do tema de *ferver*, do latim FERVĒRE (cf. HOUAISS; VILLAR; FRANCO, 2001).

- *Filvida* (rio), Aveiro – provavelmente de *fervida* ou \**férvida*, de *ferver*, como sinónimo de *fervença*. Cf. *Firvida* (Marco de Canaveses) e *Firvidas* (Montalegre) – cf. Piel (1947, p. 333) –, bem como *Férveda* (Silleda, Pontevedra), *Fírveda*, (afluente do curso galego do Lima e lugar em Covelo, Lama, Pontevedra) e *Fírvado* (cf. em BÚA, 2009, p. 143 e MARTÍNEZ LEMA, 2010, p. 188).
- *Ínsua* (rio), Aveiro – frequente como topónimo no norte de Portugal e na Galiza, de *ínsua* ‘lugar cercado de água’, por sua vez, do latim INSŪLA- (cf. PIEL, 1947, p. 339, MACHADO, 2003 e Nomenclátor de Galicia).
- *Ludares* (rio de), Viseu – que relacionável com *lodar*, derivado de *lodo*, do latim LUTU-. Piel (1947, p. 322-323) regista *Lodares*, em Lousada (Porto) e em Vila Real. Na Galiza, os topónimos derivados de *lodo* não aparecem assim sufixados: *Lodeiro* e *Ludeiro* (c. NG). Contudo, nas Astúrias regista-se *Llodares* e *Lodares* na província de Sória.
- *Marnel* (rio), Aveiro – nome de rio afluente do Vouga, provavelmente de *marnel* ‘paul, terreno alagadiço’ (FIGUEIREDO, 1913 e PIEL, 1947, p. 322), que fontes galegas também acolhem (cf. SANTAMARINA, 2003). É forma que ocorre como topónimo quer a norte do Douro, quer a sul do Tejo. Na Galiza, à parte uma única ocorrência (em Riotorto, Lugo)<sup>35</sup>, é mais corrente *Marnela*, dispersa por pontos da Galiza, de norte a sul (cf. Nomenclátor de Galicia); pela semelhante configuração, parece variante ou derivado, mas talvez não diretamente de *marnel*. Este pressupõe \**marnelo*, sujeito a uma apócope bem conhecida na área dialetal moçarabe (cf. AZEVEDO, 2006, p. 174-175). No âmbito do léxico comum tipicamente galaico, será de esperar a forma sufixal *-elo*, se este caso corresponder de facto a um diminutivo sufixado por *-el*, forma que, no entanto, ocorre igualmente por provável influência galorromance (FERREIRO, 2001, p. 187), como comprova o caso de *anel* (do latim ANELLU, pelo provençal; cf. *ibid.*). A menos que *marnel* e o topónimo homónimo não tenham génese derivacional, mas remontem a étimo desconhecido, o que, de algum modo, reduziria a probabilidade de se tratar, no caso do potamónimo português, de um moçarabismo.

<sup>34</sup> XUNTA DE GALICIA. Nomenclátor de Galicia, Santiago de Compostela, 2020. Daqui para a frente Nomenclátor de Galicia.

<sup>35</sup> Cf. REAL ACADEMIA GALEGA/XUNTA DE GALICIA. Toponímia de Galicia,

- *Olo* (rio), Vila Real – para Piel (1947, p. 333) do latim OLLA- ‘panela’, “palavra usada metaforicamente no sentido de ‘remoinho, sorvedoiro na água corrente’ e no de ‘escavação circular em forma de caldeira ou fundo de pote, que esse remoinho produz com as pequenas pedras, que faz girar, num leito rochoso’. No entanto, as atestações medievais deste hidrotópónimo – *riba de Orlu/villa de Orlu*, em 1220, e *Orlo*, em 1258 (cf. ROCHA, 2017, p. 548-549)<sup>36</sup>), sugerem que a etimologia deste hidrotópónimo estará ainda por esclarecer. As fontes consultadas não facultam topónimos galegos homónimos.
- *Poldras* (rio das), Viseu – do nome comum *poldra*, *alpoldra*, *pondra* ou *alpondra* ‘pedras, colocadas de margem a margem, num regato ou rio, para dar passagem’, que evoluiu por extensão metafórica do latim vulgar PULLĪTRU- ‘poldro’, de modo a sugerir o “saltitar de pedra em pedra, a que tal ponte improvisada obriga” (PIEL, 1947: 335; ver também COROMINES; PASCUAL, 2012). Encontra um caso homónimo e homólogo em *rio Poldras*, em Tui, segundo Búa (2008, p. 141).<sup>37</sup>
- *Ribelas* (rio de), Coimbra – do latim RIPA- ‘margem de rio’, mediante a formação de diminutivo sufixado por *-ela*. Ao contrário do que Piel (1947, p. 337) afirmava, a localização deste potamónimo evidencia que a forma *Ribela* não é topónimo “privativo de Entre-Douro-e-Minho e da Galiza”.
- *Torno* (rio), Vila Real – de *torno* ‘borbotão, jorro’ (PIEL 1947, p. 316), Búa (2009, p. 141) assinala o mesmo potamónimo em Gondomar, Pontevedra, dando-lhe uma significação mais precisa: “lugar onde (a auga d) o río da a volta ou se desvía”. Provável derivado não afixal do tema de *tornar*, do latim TORNARE ‘tornear, arredondar; volver, revolver nos dedos’ (cf. HOUAISS; VILLAR; FRANCO 2001).

Entre os nomes de base adjetival, com função descritiva, e com apoio nos referidos inventários de Piel (1947) e Búa (2009), contam-se:

- *Caldo*, em Braga, também assinalado na Galiza por Búa (2009, p. 142) com o potamónimo *Ríocaldo* (Begonte, Lugo). De CALĪDU- ‘quente’.
- *Covo* (só a norte do Mondego, nos distritos de Braga, Viana do Castelo e Viseu) – cf. *Fontecobo* em Búa (2009, p. 144). De *covo* ‘côncavo’ e este de COVU-, forma arcaica de CAVU- ‘côncavo, fundo’ (cf. COROMINES; PASCUAL, 2012).

<sup>36</sup> As atestações provêm dos *Portugaliae Monumenta Historica – Inquisitiones*, p. 135, 1157, e 1377.

<sup>37</sup> O *site* Toponímia de Galicia identifica um regueiro das Poldras, no concelho de Tomiño, que é provavelmente o rio das Poldras mencionado por Carlos Búa.

- *Tinto*, nos distritos do Porto e de Viana do Castelo – Búa (2009, p. 143) menciona apenas o *rio Tinto* vianês, mas talvez seja aqui de registar Riotinto, um lugar da paróquia de Calo, no concelho de Teo. Do adjetivo *tinto*, na aceção de ‘colorido’, do latim TINCTU- ‘molhado, ensopado, cheio de tinta’ (cf. COROMINES; PASCUAL, 2012, HOUAISS; VILLAR; FRANCO, 2001).

Por último, uma breve referência a casos de modificação por uso preposicional, que Búa (2009, p. 148) associa apenas ao âmbito hidronímico. Refira-se, portanto, o (rio de) *Sucrasto* (Viana do Castelo), que integra a preposição *sob* na variante *su*, que encontra paralelo fora da potamonímia tanto no norte de Portugal como na Galiza e nas Astúrias. Leite de Vasconcelos (1903-1905, p. 67-69) dava como exemplos portugueses os topónimos *Sucarril*, *Sueido*, *Sueira*, *Surrego* (este em Cabeceiras de Basto, Braga).

## 5. A perspectiva estratigráfica aplicada à hidrotponímia a norte do Mondego: proposta de um perfil

Os aspetos da potamonímia portuguesa aqui comentados decorrem do levantamento apresentado em Rocha (2017). Esta recolha foi feita em fontes lexicográficas que facultam atestações retiradas de textos da Antiguidade e da Idade Média, estando estes disponíveis em edições publicadas do século XIX para cá. As fontes da Antiguidade têm tido amplo tratamento editorial, e quase o mesmo se poderia dizer dos textos medievais portugueses não fora a muita documentação que ainda não mereceu edição sistemática (cf. PIÑEYRO MASEDA, 2008, p. 424).

Na classificação dos potamónimos, existem algumas condicionantes na sua identificação e classificação estratigráfica, a saber (cf. ROCHA, p. 607):

- Do ponto de vista sincrónico, há casos de polionímia na denominação de um mesmo rio. Os rios internacionais, por exemplo, podem mudar de nome, pelo menos, oficialmente, quando cruzam ou definem a linha de fronteira. É o que acontece com o Trancoso (Viana do Castelo), registado como *Barxas* na Galiza, embora aqui também seja conhecido sob a variante *Trancoso*; ou com o rio Rabaçal a cujo curso superior, no concelho galego da Gudiña (Ourense), se chama *rio San Lourenzo* (cf. CIGeoE-SIG e SIGNA). Contudo, dentro de fronteiras, esta situação é igualmente possível: o rio de Calabor entra em Portugal, no distrito de Bragança, com este mesmo nome, para poucos quilómetros depois denominar-se *ribeira de Aveleda* e, mais adiante, *ribeira de Baçal* (cf. CMP 25:000 folhas 12 – Rio de Onor e 25 – Aveleda). O critério seguido em Rocha (2017) foi o de seleccionar os nomes

associados aos cursos de água classificados no RTP como “rio importante” e “rio”, excluindo a categoria correspondente a “ribeiro, ribeira, pequeno curso de água”.

- A atribuição de um potamónimo a um dado estrato depende da documentação disponível e resulta de um juízo sujeito a uma escala de graus de certeza/incerteza e até a valores de prototipicidade não isentos de subjetividade. Consideram-se, portanto, de origem obscura muitos nomes que costumam ser relacionados com estratos mais arcaicos sem base documental ou fundamento linguístico-comparativo relevantes (cf. ROCHA, 2017, p. 607).
- Os estratos linguísticos da potamonímia não devem ser confundidos com a estratigrafia do léxico comum: por exemplo, o radical de *vidoeiro* é enquadrável num estrato pré-latino, mas nem por isso o *rio Vidoeiro* (Viseu) se inscreve nesse estrato, antes encontrando lugar na toponímia latino-romance.

Não obstante estas condicionantes, é possível extrair dados relevantes<sup>38</sup> a fim de definir de perfis potamonímicos quer de alcance nacional quer de âmbito regional. Para tanto, aceitam-se quatro grandes estratos linguísticos: pré-latino, latino-romance (abrangendo o galego-português e os dialetos iberorromances meridionais, bem como as modalidades linguísticas já portuguesas), germânico e árabe. Os quadros 1 e 2, extraídos do quadro geral relativo a todo o território de Portugal continental apresentado em Rocha (2017, p. 606), apresentam a distribuição da potamonímia do Norte e do Centro-Norte de Portugal. Nestes quadros, inclui-se ainda uma quinta categoria, a dos nomes de origem obscura, pela razão atrás exposta.

Quadro 1 – Distribuição dos potamónimos por distrito e por estratos – região norte.

		Origem obscura		Estrato pré-latino		Estrato germânico		Estrato árabe		Estrato latino-romance/português		totais
		n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	
Viana do Castelo		10	16,13%	6	9,68%	2	3,23%	0	0,00%	44	70,97%	62
Braga		7	16,28%	6	13,95%	3	6,98%	0	0,00%	27	62,79%	43
Porto		3	10,00%	3	10,00%	1	3,33%	0	0,00%	23	76,67%	30
Vila Real		15	33,33%	1	2,22%	0	0,00%	0	0,00%	29	64,44%	45
Bragança		1	4,76%	5	23,81%	0	0,00%	0	0,00%	15	71,43%	21
	<b>Norte</b>	<b>36</b>	<b>17,91%</b>	<b>21</b>	<b>10,45%</b>	<b>6</b>	<b>2,99%</b>	<b>0</b>	<b>0,00%</b>	<b>138</b>	<b>68,66%</b>	<b>201</b>

Fonte: Rocha (2017, p. 606).

<sup>38</sup> A análise e interpretação linguísticas dos potamónimos não pode ignorar o enquadramento histórico-geográfico extralinguístico, mas também deve exercer-se criticamente face a propostas mais popularizadas, como as etimologias populares e as lendas à volta da toponímia.

Quadro 2 – Distribuição dos potamónimos por distrito e por estratos – região centro-norte.

	obscura		pré-latino		germânico		árabe		latino-romance/ português		totais
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	
Aveiro	3	6,25%	10	20,83%	2	4,17%	1	2,08%	32	66,67%	48
Viseu	9	16,98%	8	15,09%	1	1,89%	1	1,89%	34	64,15%	53
Guarda	4	21,05%	8	42,11%	0	0,00%	1	5,26%	6	31,58%	19
Coimbra	5	26,31%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	14	73,68%	19
<b>Centro-Norte</b>	<b>21</b>	<b>15,11%</b>	<b>26</b>	<b>18,71%</b>	<b>3</b>	<b>2,16%</b>	<b>3</b>	<b>2,16%</b>	<b>86</b>	<b>61,87%</b>	<b>139</b>

Fonte: Rocha (2017, p. 606).

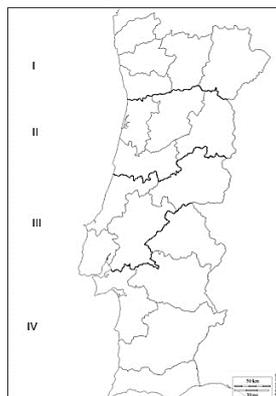
Os quadros 1 e 2 permitem observar que, na caracterização etimológica da potamonímia entre o Minho e o Mondego, se destaca sempre o estrato latino-romance, seguido a certa distância pelo estrato pré-latino. Também os potamónimos de filiação obscura constituem um grupo importante, chegando o seu número a ultrapassar o dos potamónimos de origem pré-latina nos distritos a norte do Douro. Porém, não é este conjunto geralmente enquadrável nos estratos germânico e árabe; e, não evidenciando estes itens evidente ou consensual origem latina ou romance, torna-se plausível a sua inclusão parcial ou maioritária entre os itens de origem pré-latina.

É também de assinalar, tanto a norte como a sul do Douro até ao Mondego, a reduzida presença do contributo germânico e árabe. Na verdade, tanto os potamónimos de origem germânica como os de origem árabe têm caráter detoponímico, devendo ser interpretados como potamónimos de estrutura determinativa, por alusão a um topónimo pré-existente.

Quanto ao grau de arabização, verifica-se que ele é nulo a norte do Douro (mas não está ausente, se se empreender a análise de cursos de água poucos extensos cujos nomes têm génese detoponímica). Nos distritos de Aveiro, Viseu e Guarda, esse contributo é diminuto, ainda que não ausente, como ilustram os casos de *Alfusqueiro* (Aveiro), *Múceres* (Viseu) e *Massueime* (Guarda); mas o primeiro caso pode decorrer de uma situação de empréstimo em contexto linguístico romance, e os outros dois, da voga da antroponímia arábica entre a população da sempre instável fronteira alto-medieval das atuais Beiras.<sup>39</sup> Diga-se, a propósito que, no contexto da avaliação do impacto árabe na toponímia tomada globalmente, é possível definir áreas de interferência, conforme ilustra o mapa 2, inspirado na proposta de Lautensach (1954) – cf. mapa 1 –, transpondo-a para o território hoje português.

<sup>39</sup>Contam-se também nomes de rios que não tendo, em última análise, etimologia árabe, revelam a interferência fonológica árabe, como é o caso de *Tejo* e talvez *Erges* (Beira Baixa): a frequente substituição de *g* latino pela africada pré-palatal /ǧ/ do árabe (cf. CORRIENTE, 2002, p. 23) ocorreu no primeiro hidrónimo (MACHADO, 2003) e provavelmente no segundo (idem). Em *Tejo* é também de referir o fenómeno do imala, que consiste na elevação de /a/ a /e/ ou /i/ (idem; cf. *Tajo*, em castelhano, sem imala). Deve-se ainda mencionar *Cacela*, de *Castellum*, com substituição de *-um* por *-a* e simplificação de *-st-* latino como [s] (LOPES, 1968, p. 23).

Mapa 2 – Regiões potamonímicas de Portugal continental quanto ao grau de arabização.



Fonte: Rocha (2017, p. 633).

A potamonímia das regiões I e II – correspondentes às regiões norte e centro-norte em referências nos quadros 1 e 2 – constitui um subconjunto da potamonímia de Portugal em que a interferência do árabe é nula ou mínima. Esta característica permite considerar que, nas duas regiões, a transmissão dos potamónimos pré-latinos se tem processado sem quebras desde o período da latinização das populações do território em referência, à semelhança de *Lima*, ao contrário do que acontece com os hidrotopónimos de estratigrafia pré-latina, como é o caso de *Tejo*. O esquema 1 dá conta deste contraste entre o Norte e o Sul.

Esquema 1 – Cadeia etimológica de transmissão da potamonímia em Portugal continental.

		estrato latino-romance		
Radicais e afixos pré-latinos		fase latino-romance	estrato árabe	fases galego-portuguesa/portuguesa
		adaptação fonomorfológica	adaptação fonomorfológica <sup>40</sup>	adaptação fonomorfológica
<i>Lima</i>	* <i>lim-</i>	<i>Limia</i>		<i>Limia/Lima</i>
<i>Tejo</i>	* <i>tag-</i>	<i>Tagus</i>	<i>Taǧu, Taýo</i>	<i>Tejo</i>

Fonte: Rocha (2017, p. 637) [adaptado].

No esquema 1, a consideração do galego-português como estrato, sobretudo a sul do Tejo, pode conceber-se como o resultado de um processo de substituição linguística entre uma população profundamente arabizada. Esta transmitiu como substrato um património toponímico já de fácies

<sup>40</sup> A interferência do árabe é identificada por vários traços morfológicos e fonológicos. O caso de *Tejo*, são identificáveis a imala e substituição de /g/ por /dʒ/ ou /ʒ/. Cf. nota anterior.

árabe, quer pelo impacto lexical na potamonímia (p. ex. a recorrência do elemento *odi-/ode-* em casos como os de *Odeleite* ou *Odelouca*), quer pelas interferências do contacto na configuração dos nomes herdados de fases latino-romances, como evidencia o caso de *Tejo* (cf. ROCHA, 2017, p. 1148-156).

## Considerações finais

Voltando à questão inicial, a de saber até que ponto é possível falar de uma “região toponímica natural” coincidente com a Gallaecia romana e os seus avatares medievais: se a toponímia a norte do Douro é um tema que tem todo o cabimento em tal discussão, já o alargamento da análise à toponímia da região de entre Douro e Mondego poderia ser injustificado, tendo em mente a antiga província romana. Contudo, a potamonímia aqui comentada permite afirmar que o Douro não constituiu nem na Antiguidade nem na Idade Média uma verdadeira barreira linguística. Com efeito, a região toponímica “natural” galaica parece estender-se bem mais para sul, pelo menos, até ao vale do Mondego, encontrando-se as afinidades mais decisivas entre os itens correspondentes ao estrato/período latino-romance.

Apesar de se afigurar significativo o número de potamónimos filiáveis em estratos pré-latinos tanto na Galiza como no terço norte de Portugal, as raízes e radicais que os representam são de atribuição linguística nem sempre consensual, e ainda lhes faltam dados e investigação para serem indicativos de um período de real unidade toponímica anterior à latinização. Além disso, tais unidades encontram-se disseminadas na toponímia hispânica pré-latina de feição indo-europeia e não parecem exclusivas da Gallaecia, apesar de serem abundantes nesta região (cf. BASCUAS, 2002). Por outras palavras, é possível que a potamonímia mais arcaica de Portugal e da Galiza faça parte de uma unidade regional mais vasta e tão “natural” como a galaica.

Já o estrato que revela com maior clareza a existência de uma comunidade linguística ou de comunidades linguísticas que dispuseram de meios de denominação muito semelhantes, se não iguais, é, portanto, o latino-romance de elaboração galaica. Como Fernandes e Cardeira (2013, 2017) têm posto em relevo, estes meios lexicais foram mobilizados para a nomeação de explorações agrícolas. Contudo, tais recursos vocabulares também estiveram ativos na nomeação de entidades do mundo natural e expandiram-se mais para sul, como evidencia o estudo da potamonímia de Portugal continental.

## Referências bibliográficas

- ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA. **Portugaliae Monumenta Histórica a saeculo VIII post Christum usque ad quintum decimum** – Inquisitiones (PMH Inq.). Lisboa, 1888 e ss.
- AEBISCHER, P.. **Études de Stratigraphie Linguistique**. Berna: Editions Francke Berne, 1978.
- ANDERSEN, H. (Ed.). **Language Contacts in Pre-History: Studies in Stratigraphy**. Amesterdão/Filadélfia: John Benjamins Publishers Company, 2003.
- AZEVEDO, M. L. S. M. **Toponímia moçárabe no antigo condado conimbricense**. Tese (doutoramento em Linguística). Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2006.
- BARROCA, M. J. Fortificações e Povoamento no Norte de Portugal (Séc. IX a XI). **Portvgalia**, Nova Série, vol. XXV, p. 181-203, 2004.
- BASCUAS. E. **Estudios de Hidronimia Paleoeuropea Gallega**. Santiago de Compostela: Servicio de Publicacións e Intercambio Científico – Universidade de Santiago de Compostela, 2002.
- BASCUAS. E. **Hidronimia y Léxico de Origen Paleoeuropeo en Galicia**. Corunha: Edición do Castro, 2006.
- BASCUAS. E. **Novos Estudos de Hidronimia Paleoeuropea Galega**. Vigo: Universidade de Vigo, 2014.
- BEIRANTE, M. A. Onomástica Galega em Duas Cidades do Sul de Portugal: Santarém e Évora. **Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas**. p. 103-110, 1991.
- BOISSELLIER, S. The Portuguese territory before modern-day Portugal: roots or precedents? A geo-historical reflection, **Imago Temporis, Medium Aevum**, III, p. 45-66, 2009.
- BOULLÓN AGRELO, A. I.; SOUSA FERNÁNDEZ, X. (Coord.) **Cartografía dos apelidos de Galicia**. Santiago de Compostela: Instituto da Lingua Galega. Disponível em <http://ilg.usc.es/cag/>. Acesso em: 1 maio 2020.
- BROCARD, T. **Tópicos de História da Língua Portuguesa**. Lisboa: Edições Colibri, 2014.
- BÚA, C. Dialectos indoeuropeos na franxa occidental hispânica. In: **Galicia fai dous mil anos**. O feito diferencial galego. I. Historia, vol.. I. Santiago de Compostela: Museo do Pobo Galego/A Editorial da Historia, p. 51-98, 1997.
- BÚA, C. Hidronimia e teonímia. In: KREMER, D. (Org.). **Onomástica Galega II** – Onimia e onomástica prerromana e a situación lingüística do noroeste peninsular, Santiago de Compostela: Universidade, Servizo de Publicacións e Intercambio Científico, 2009. p. 91-155.
- CABEZA QUILES, F. C. **Os nomes de lugar. Topónimos de Galicia: a sua orixe e o seu significado**, Vigo: Edicións Xerais de Galicia, 1992.

- CAMPBELL, L.; MIXCO, M. J. **A Glossary of Historical Linguistics**, Edimburgo: Edinburgh University Press, 2007.
- CENTRO DE INFORMAÇÃO GEOESPACIAL DO EXÉRCITO. **CIGeoE-SIG – Visualizador de Informação Geográfica**. Lisboa. Disponível em: <http://sli.uvigo.gal/DdD/>. Acesso em 15 jan 2020.
- COELHO, A. Nomes de deuses lusitânicos. **Revista Lusitana**, vol. I, p. 371-375, 1888-1889.
- COROMINES, J.; PASCUAL, J. A. **Diccionario Crítico Etimológico Castellano e Hispánico**. Versão eletrónica. Madrid: Editorial Gredos, 2012.
- DWORKIN, S. N. **A History of the Spanish Lexicon: a Linguistic Perspective**, Oxford: Oxford University Press, 2012.
- ESTRAVIZ, I. **Dicionário Estraviz**. Versão 3.0. Santiago de Compostela: Associação Galega da Língua, 2019. Disponível em: <http://www.estraviz.org/xanza> . Acesso em: 19 mar 2020.
- FERNANDES, A. A. **Toponímia Portuguesa. Exame a um Dicionário**. Arouca: Associação de Defesa da Cultura Arouquense, 1999.
- FERNANDES, M. A.; CARDEIRA, E. Toponímia do povoamento rural: os continuadores do latim QUINTANA e seus derivados. *In*: GALVÃO, V. C. et al (Ed.), **Língua Portuguesa: ultrapassando fronteiras, unindo culturas**: Anais do IV Simpósio mundial de estudos de língua portuguesa. Goiânia: FUNAPE, 2013. p. 1913-1921.
- FERNANDES, M. A.; CARDEIRA, E. Notas sobre toponímia portuguesa medieval. **Monografia 11 Da Revista Galega De Filoloxía**. 11, p. 149-174, 2017. Disponível em: <http://illa.udc.es/rgf/monografias.html>. Acesso: 31 jan 2020.
- FERNÁNDEZ OCHOA, C.; MORILLO CERDÁN, A. La romanización atlántica: modelo o modelos de implantación romana en el noroeste peninsular, **Portvgalia**, Nova Série, vol. 36, Porto, DCTP-FLUP, p. 183-197, 2015.
- FERREIRO, M. **Gramática Histórica Galega – II: Lexicoloxía**. Santiago de Compostela: Edicións Laidovento, 2001.
- FIGUEIREDO, C. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Lisboa: Livraria Clássica, 1913.
- GARCÍA ARIAS, X. L. **Toponimia Asturiana: el Porqué de los Nombres de Nuestros Pueblos**. Oviedo: Editorial Prensa Asturiana, 2005. (Disponível em: <http://mas.lne.es/toponimia/index.php?leer=513&palabra=sella>; Acesso: 15 jan 2018)
- GILDERSLEEVE, B. L.; LODGE, G. **Latin Grammar**. Scarborough, Ontario: Nelson Canada, 1992.
- GONZÁLEZ RUIBAL, A., RODRÍGUEZ MARTÍNEZ, R.; AYÁN VILA, X. Buscando a los púnicos en el noroeste. **Mainake**, XXXII (I), p. 577-600, 2010.

- GUERRA, A. **Nomes Pré-Romanos de Povos e Lugares do Ocidente Peninsular**. Tese (doutoramento em História Clássica). Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1998.
- HOUAISS, A; VILLAR, M. S.; FRANCO, F. M. M. (Ed.). **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.
- INSTITUTO GEOGRÁFICO NACIONAL. **Sistema de Información Geográfica Nacional de España (SIGNA)**. Disponível em <http://signa.ign.es/signa/>. Acesso em: 25 mar 2020.
- INSTITUTO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO. **Carta Militar de Portugal 1:25 000**, Lisboa.
- KRAHE, H. Die Struktur der alteuropäischen Hydronymie. **AAWL** 5, p. 286-348, 1962.
- KRAHE, H. **Unsere ältesten Flussnamen**. Wiesbaden: Otto Harrassowitz, 1964.
- KREMER, D. Da contribuição da Romanística alemã para os estudos de Linguística Histórica portuguesa: Joseph M. Piel e Harri Meier. *In*: Castro, I. (ed.). **Atas do XII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística**, Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, p. 445-455, 1997.
- JORDÁN CÓLERA, C. Presente, pasado y futuro de la Paleohispanística.. *In*: VELA TEJADA, J.; FRAILE VICENTE, J. F.; SÁNCHEZ MAÑAS, C. (Ed.). **STUDIA Classica Caesaraugustana**. Vigencia y presencia del mundo clásico hoy. XXV años de Estudios Clásicos en la Universidad de Zaragoza. Zaragoza: Prensas de la Universidad de Zaragoza, 2015. p. 301-338.
- LAUTENSACH, H. Über die topographischen Namen arabischen Ursprungs in Spanien und Portugal (Arabische Züge im geographischen Bild der Iberischen Halbinsel I). **Erde**, p. 219-243, 1954.
- LOPES, D. **Nomes Árabes de Terras Portuguesas**. Lisboa: Sociedade de Língua Portuguesa e Círculo David Lopes, 1968.
- MACHADO, J. P. **Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa**. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.
- MARTÍNEZ LEMA, P. **Toponímia das Comarcas de Bergantiños, Fisterra, Soneira e Xallas na Documentación do Tombo de Toxos Outos (séculos XII-XIV)**. Tese (doutoramento em Filologia Galega). Faculdade de Filologia, Universidade de Santiago de Compostela, 2010.
- MARTÍNEZ LEMA, P. *Ad populandum: toponímia e repovoamento no sul da Galiza alto-medieval*. **Revista de Filología Románica**, 35, p. 141-165, 2018.
- MONTEAGUDO, E. A lingua no tempo, os tempos da lingua. O galego, entre o portugués e o castelán Gallæcia. *In*: NEGRO ROMERO, M.; ÁLVAREZ BLANCO, R.; MOSCOSO MATO, E. **Estudos de lingüística portuguesa e galega**. Santiago de Compostela: Servizo de Publicacións e Intercambio Científico da Universidade de Santiago de Compostela, 2017, p. 17-60.

- MORALEJO, J. J. Hidronímia prerromana de Gallaecia. *In*: KREMER, D. **Onomástica Galega II: – Onímia e onomástica prerromana e a situación lingüística do noroeste peninsular**. Santiago de Compostela: Universidade, Servizo de Publicacións e Intercambio Científico, 2009. p. 37-90.
- MORALEJO LASSO, A. **Toponímia Gallega y Leonesa**. Santiago de Compostela: Editorial Pico Sagro, 1977.
- NOGUEIRA, C. F. O conceito geográfico-linguístico de Galécia Maior. *In*: CASTRO, I. (org.) **Sete Ensaio sobre a Obra de J. M. Piel**, Lisboa: Publicações do Instituto de Linguística da Faculdade de Letras de Lisboa, 1988. p. 76-103.
- NOONAN, M. Genetic Classification and Language Contact. *In*: HICKEY, R. (ed.) **The Handbook of Language Contact**, Malden/Oxford: Wiley-Blackwell, 2010. p. 48-65.
- PÉREZ CAPELO, C. **Toponímia e variación dialectal. Os topónimos rematados en -oa, -oá, -úa, -uá**, Santiago de Compostela, Servizo de Publicacións e Intercambio Científico, 2015.
- PIEL, J.-M. As águas na toponímia galego-portuguesa. **Boletim de Filologia**. Tomo VIII, p. 153-197, 1947.
- PIEL, J.-M. **Estudos de Linguística Histórica Galego-Portuguesa**. Lisboa: Imprensa Nacional /Casa da Moeda, 1989.
- PIÑEYRO MASIDE, P. O. [Notas de leitura] Pizarro, José Augusto de Sotto Mayor (ed.), 2007 – *Inquisitiones. Inquirições gerais de D. Dinis: 1284*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa. **Revista da Faculdade de Letras: História**. III Série, vol. 9, p. 424-426, 2008. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6746.pdf>. Acesso em: 15 fev 2020.
- POKORNY, J. **Indogermanisches etymologisches Wörterbuch**. Berna e Munique: Francke Verlag, 1959-1989.
- REAL ACADEMIA GALEGA. Dicionario da Real Academia Galega, Santiago de Compostela. Disponível em <https://academia.gal/dicionario>. Acesso em: 20 out 2019.
- RIBEIRO, O.; LAUTENSACH, H.; DAVEAU, S. **Geografia de Portugal. I.: A Posição Geográfica e o Território**, Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1987.
- RIO-TORTO, G. et al. **Gramática Derivacional do Português**. 2.<sup>a</sup> edição. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016.
- REAL ACADEMIA GALEGA/XUNTA DE GALICIA. **Toponímia de Galicia**, Disponível em <https://toponimia.xunta.gal/pt> . Acesso em: 25 fev 2020.
- ROCHA, C. **Etimologia dos Hidrotopónimos de Portugal Continental: História Linguística de um Território**. Tese de doutoramento. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2017.

- ROCHA, C. Estratigrafia linguística da hidrotponímia de Portugal continental, **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 26, n.º 3, p. 1057-1093, 2018.
- SANTAMARINA, A. (Ed.). **Diccionario de dictionarios da Lingua Galega**. 3.ª ed. CD-ROM. Corunha: Fundación Barrié de la Maza, 2003. Disponível em: <http://sli.uvigo.gal/DdD/>. Acesso em: 27 fev 2020.
- SECO, M. (Ed.). **Léxico Hispánico Primitivo (Siglos VIII a XII)**. Madrid: Real Academia Española, 2003.
- SERVIÇO CARTOGRÁFICO DO EXÉRCITO. **Reportório Toponímico de Portugal – Continente**. Lisboa: Ministério do Exército, 1967.
- SILVA, R. V. M. **O Português Arcaico. Uma Aproximação: Volume I. Léxico e Morfologia**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2008.
- TEIXEIRA, Abade T. Vocabulário transmontano (do concelho de Moncorvo). **Revista Lusitana**, vol XIII, p. 110-126, 1910.
- VASCONCELOS, J. L. Notas philologicas. **Revista Lusitana**, VIII, p. 63-70, 1918.
- VASCONCELOS, J. L. Amostra de toponímia portuguesa. **Revista Lusitana**, XXI, p. 58-63, 1918.
- VASCONCELOS, J. L. **Antroponímia Portuguesa**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1928.
- VASCONCELOS, J. L. **Opúsculos – vol. III: Onomatologia**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931.
- VIARO, M. E. **Etimologia**. São Paulo: Contexto, 2011.
- XUNTA DE GALICIA. **Nomenclátor de Galicia**, Santiago de Compostela, 2020. Disponível em: <https://www.xunta.gal/nomenclator>. Acesso em: 19 fev 2020.